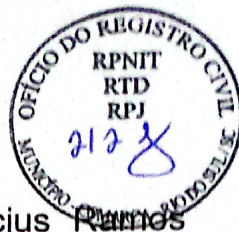




**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil vinte três, reuniram-se na sede da **LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**, situada ao Largo Montese, nº 68, Bairro Canoas, Rio do Sul – SC, devidamente convocado por jornal de grande circulação, iniciada a assembleia, às 19:00 horas, em primeira chamada e em segunda chamada, às 19:30 horas, o senhor **Juliano Vinicius Ramos**, Secretário da Liga Regional de Futebol de Salão do Alto Vale do Itajaí, nomeado Secretário “adoc”, informou que em primeira chamada não havia quórum suficiente, sendo realizada a segunda chamada, para que a assembleia fosse iniciada. O Sr. **Juliano Vinicius Ramos**, inicialmente agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia: Eleição e indicação da diretoria; Eleição dos membros do Conselho Fiscal e indicação dos membros da Junta Disciplinar. Na ocasião constatou-se apresentação de chapa única, sendo que foi protocolada em 18/09/2023, a qual foi eleita por aclamação e aprovada por unanimidade, iniciando o mandato com a posse no dia 02/10/2023, composta pelos seguintes **MEMBROS DA DIRETORIA**: **Eleitos**: **Presidente**: Marco Aurélio Ferrari CPF: 678.913.819-68, RG: 1.676.366, Brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado a Rua Fernando Silva, 30, Bairro Canoas, Rio do Sul-SC. **Vice Presidente**: Marileusa Aparecida de Miranda CPF: 918.493.819-68, RG: 2914.592, Brasileira, União estável, Advogada, residente e domiciliada a Rua Henrique Schutze, 55, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul – SC. **Indicados**: **Secretário Geral**: **Juliano Vinicius Ramos** CPF: 091.003.419-24, RG: 4.528.354, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado a Rua XV de Novembro, 315, Bairro Centro, Aurora – SC. **Diretora Tesoureira**: **Ilian Cristina Sardá** CPF: 612.085.409-63 RG: 2.125.002, Brasileira, Divorciada, Empresária, residente e domiciliada a Rua Princesa Isabel, 792, Bairro Canoas, Rio do Sul-SC. **Diretor de Patrimônio**: **Eduardo Cruz Figueiredo** CPF: 077.644.749-16, RG: 4.403.288, Brasileiro, Casado, Advogado, residente e domiciliado ao Beco Walter Habusch, 76 Bairro Bremer, Rio do Sul – SC. **Na sequência a Srª Presidente indicou os componentes da Junta Disciplina Desportiva**, sendo composta por 05 (cinco) membros efetivos: **Membro Efetivo**: **Fábio Roussenq** CPF: 612.086.129-72, RG: 2.497.119-7, Advogado, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado a Rua 7 de setembro, 387, Centro, Rio do Sul – SC. **Miguel Ângelo Ferrari** CPF: 021.616.739-63, RG: 2.916.675, Advogado, Brasileiro, união estável, residente e domiciliado a Rua Henrique Schutze, 55, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul – SC. **Roberto Ferreira Junior**, CPF: 007.152.359-66, RG: 3.905.853, Funcionário Público, Brasileiro, Divorciado, Rua Padre Anchieta, 59, Bairro Canoas, Rio do Sul – SC. **Juliano Mateus Rodrigues**, CPF: 729.909.889-04, RG: 2.050.203, Brasileiro, Casado, Professor, Rua João Henrique Wiese, 689, Centro, Ituporanga- SC. **Geremias Lautert Paula** CPF: 653.411.049-00, RG: 1551183, Brasileiro, Casado, Professor, residente e domiciliado a Rodovia BR 470, 837, Bairro Navegantes, Rio do Sul – SC. **Membros Suplentes**: **João Regis Nunes** CPF: 743.435.689-68, RG: 2.115.989, Brasileiro, Casado, Professor, residente e domiciliado a Rua Artur Wirt, 347, Bairro Budag, Rio do Sul – SC. **Hugo Pompílio** CPF: 806.799.609-10, RG: 1.676.518, Brasileiro, Casado, Professor, Rua Haroldo Lucas, 357, Bairro Fdo Canoas, Rio do Sul – SC. **Valter Vanderley Correa de Mello**, CPF: 544.825.859-04 RG: 1.033.972-8, Brasileiro, Divorciado, Funcionário Público, Rua Guilhermino Schroeder, 74, Centro, Lontras – SC. Ao continuo o presidente eleito consta que o mandato será a partir da posse, ou seja de 19/11/2023 à 01/10/2027



para a Diretoria e Junta Disciplinar. Em seguida o senhor Juliano Vinicius Ramos congratulou com os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Junta Disciplinar Desportiva. Em ato contínuo a Senhora Presidente encerrou a assembleia e a presente ata vai assinada pela presidente e pelo presidente eleito e os demais assinam, na lista de presença. Declaro para os devidos fins que os eleitos, indicados e demais presentes assinaram na lista de presença.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2023

  
\_\_\_\_\_  
Ilian Cristina Sardá  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Marco Aurélio Ferrari  
Presidente eleito

Estado de Santa Catarina  
Registro Civil das Pessoas Naturais de Rio do Sul  
Bianca Kurth Hillesheim - Oficial Interina  
Al. Aristilano Ramos, 42, Sala 101, Centro, Rio do Sul - SC, 89160-149 - (47)  
3521-0410 - registrocivilriodosul@gmail.com

**AVERBAÇÃO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

Protocolo: 009577 Data: 23/10/2023 Livro: 0017 Folha: 216  
Registro: 007252 Data: 23/10/2023 Livro: A-100 Folha: 196

Qualidade: Integral | Natureza: Ata de Eleição e Posse

Apresentante: LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALAO DO ALTO

Emolumentos: Averbação R\$ 108,82, FRJ R\$ 30,22, Arquivamento R\$ 24,18, ISS R\$

3,33 - Total R\$ 166,55 - Recibo nº 187387

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - GWR13210-2TEX

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dom fé, Rio do Sul - 23 de outubro de 2023

*Julia N. Nascimento*  
Julia Nayara do Nascimento - Escrevente



Julia Nayara do Nascimento  
Escrevente

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS NATURAIS, DE INTERDIÇÕES E  
TUTELAS DAS PESSOAS JURÍDICAS E DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
BIANCA KURTH HILLESHEIM  
OFICIAL INTERINA  
MUNICÍPIO - COMATICA - RIO DO SUL / SC



## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Aos 06 (seis) dias do mês de fevereiro do ano de 2023, às 19:30 horas, na sede da Liga ao Largo Montesi, 68, Bairro Canoas no município de Rio do Sul-SC, em 2ª chamada reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária para Eleição e Posse do Conselho Fiscal, conforme disposto no Art. 24 do Estatuto da Liga Regional de Futebol de Salão do Alto Vale do Itajaí, os membros da Diretoria, devidamente quites com as obrigações estatutárias e, conforme edital de convocação, datado de 16 de janeiro de 2023, afixado na sede da Liga e publicado em jornal, na forma estatutária. Os membros presentes, que assinam a lista de presença, realizaram a votação por aclamação, verificado o quorum legal para a realização da Assembleia, a Srª Ilian Cristina Sardá então Presidente da Liga Regional de Futebol de Salão do Alto Vale do Itajaí informa a composição do Conselho Fiscal composto por 05 (cinco) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos por aclamação e aprovado por unanimidade, iniciando o mandato com a posse, de 17/02/2023 à 17/02/2026, tendo os seguintes **membros efetivos**: **Roberto Ferreira Júnior**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade n.º 3.905.853 e do CPF. n.º 007.152.359-66, residente e domiciliado a Rua Padre Anchieta, nº 59, Bairro Canoas no município de Rio do Sul (SC). **Raul Ferrari**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade n.º 2.050.203 SSP/SC e do CPF n.º 729.909.889-04, residente e domiciliado à Rua Princesa Isabel, 734, Bairro Canoas no município de Rio do Sul (SC). **Marcelo do Rosário**, brasileiro, casado, autônomo, portador da cédula de identidade n.º 1.676.582-6 e do CPF n.º 687.802.659-87, residente e domiciliado na Rua Gustavo Kopp, 241, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul (SC). **Carlos Alberto dos Anjos**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade n.º 8.683-48 e do CPF N.º 247.548.549-34, residente e domiciliado a Rua Porto União, 33, Bairro Canoas, no município de Rio do Sul (SC) e **Arthur Carlos Hoffmann**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da cédula de identidade n.º 508.827-7 e do CPF. n.º 089.423.989-95, residente e domiciliado na Rua Príncipe, 49, Bairro Taboão no município de Rio do Sul (SC). **Suplentes**, **Jeferson Vandresen**, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade n.º 472.401-0 e do CPF. n.º 045.793.959-13, residente e domiciliado na Rua João Steffen, 210, Bairro Seminário, no município de Ituporanga (SC). **José Roberto Moura Neres**, brasileiro, separado, professor, portador da cédula de identidade n.º 827.740 e do CPF. n.º 462.797.331-49, residente e domiciliado na Rua Roberto Koch, 625, Bairro Sumaré, no município de Rio do Sul (SC) e **Edevaldo Leopoldo Klann**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade n.º 189.151-6 e do CPF. n.º 692.308.519-72, residente e domiciliado na Estrada Geral Bonfim, s/n., Bairro Sumaré no município de Rio do Sul (SC). Nada mais havendo a declarar, a Presidente dá por encerrada a Assembleia. Eu, Mario Cesar Martendal, secretariei e lavrei a presente ata, que assino a lista de presença, com a Presidente e demais membros, presentes e eleitos.

  
Liga Regional de Futebol  
do Alto Vale do Itajaí  
Ilian Cristina Sardá  
Presidente

**Estado de Santa Catarina**  
Registro Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Rio do Sul  
Bianca Kurth Hillesheim - Oficial Interina  
Al Aristilano Ramos, 42, Sala 101, Centro, Rio do Sul - SC, 89160-149 - (47)  
3521-0410 - registrocivilriodosul@gmail.com

**AVERBAÇÃO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

Protocolo: 009298 Data: 17/02/2023 Livro: 0017 Folha: 020  
Registro: 006980 Data: 17/02/2023 Livro: A-097 Folha: 074

Qualidade: Integral | Natureza: Ata de Eleição

Apresentante: LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALAO DO ALTO

Emolumentos: Averbação R\$ 108,92, Selo R\$ 3,39, Arquivamento R\$ 24,18 - Total R\$ 136,39 - Recibo nº 155348

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - GQX15684-J1VF

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Rio do Sul - 17 de fevereiro de 2023

*Julia N. Nascimento*

Julia Nayara do Nascimento - Escrevente



Julia Nayara do Nascimento  
Escrevente



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO E COMARCA DE RIO DO SUL  
**Registro Civil Titulos e Documentos e Pessoas Juridicas de Rio do Sul**  
**Bernadete Bazzanella de Araujo Novelletto**  
**Oficial**



## CERTIDÃO

Certifico a pedido de parte interessada, que revendo os livros e papeis existentes arquivados neste Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, encontrei sob nº 3422, às folhas 54, no livro A-47 em 16/03/2012, o registro da Ata de posse e Alteração de Estatuto da "**LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**", arquivado nesta serventia, cujo teor compõe esta certidão em cópias reprográficas, com doze (12) páginas que vão por mim assinadas, numeradas e rubricadas e que tem o mesmo valor de certidão inteiro teor e dos originais, para todos os fins de direito, em juízo ou fora dele, de acordo com os artigos 19, § 1º e 161 Lei 6.015/1973, 217 do Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002. Certifico mais finalmente, que até a presente data não houve averbação de "qualquer outra" alteração estatutária à margem do registro primitivo da Associação. Dada e passada nesta cidade de Rio do Sul-SC. Eu que a digitei, subscrevi, conferi e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Rio do Sul - SC, 03 de junho de 2013

Franciele Bogo  
Escrevente Autorizada  
**Franciele Bogo**  
Escrevente

**OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL**  
DAS PESSOAS NATURAIS, DE INTERDIÇÕES E  
TUTELAS, DAS PESSOAS JURÍDICAS E DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
BERNADETE BAZZANELLA DE ARAÚJO NOVELLETO  
OFICIAL  
MUNICÍPIO - COMARCA - RIO DO SUL / SC

Emolumentos  
1 Busca, quando se tratar de ato isolado - R\$ 2,45  
1 Certidão de documentos registrados pela primeira folha - R\$ 7,35  
1 Selo de Fiscalização pago (DBD79290-J71Z) - R\$ 1,35  
12 Folha excedente de certidão - R\$ 29,40  
Total: R\$ 40,55

Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Normal

**DBD79290-J71Z**

Confira os dados do ato em:  
<http://selo.tjsc.jus.br/>

# ESTATUTO DA LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ



## CAPÍTULO I DA LIGA E SEUS FINS

Art. 1º - A Liga Regional de Futebol de Salão do Alto Vale do Itajaí, neste estatuto denominada LIGA, é uma associação de fins não econômicos e lucrativos, de caráter desportivo, fundada na cidade de Rio do Sul/SC em vinte e nove (29) de janeiro (01) de mil novecentos e oitenta (1980), com sede na Praça Largo Montese, nº 68, Bairro Canoas, em Rio do Sul SC, sendo constituída por todas as entidades de prática do Futebol de Salão – Futsal do alto Vale do Itajaí, pertencentes à região de abrangência do Alto Vale do Itajaí.

Parágrafo único – A LIGA será representada, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, pelo seu Presidente.

Art. 2º - A LIGA é filiada a Federação Catarinense de Futebol de Salão.

Art. 3º - A LIGA, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce nenhuma função delegada do Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, gozando, nos termos do art. 217, I, da Constituição Federal, de peculiar autonomia quanto à sua organização e funcionamento, não estando sujeita a ingerência estatal a teor do disposto nos incisos XVII e XVIII do Art. 5º da Constituição Federal.

Art. 4º - A LIGA tem sede e foro na cidade de Rio do Sul/SC, tendo personalidade jurídica distinta das filiadas que a compõem, sendo ilimitado o tempo de sua duração.

Art. 5º - Nenhum associado responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras da LIGA, nem esta por emanado de qualquer das suas filiadas.

Art. 6º A LIGA é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva do Futsal, acatadas pela Federação Catarinense de Futsal e pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão, conforme estabelecido no parágrafo 1º da Lei 9.615 de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

Art. 7º - A LIGA tem por finalidade:

- a) Dirigir, difundir e incentivar, na região do Alto Vale do Itajaí, o desporto do Futsal, sujeito à sua jurisdição;
- b) Representar o Futsal do Alto Vale do Itajaí junto aos poderes públicos, em caráter geral;
- c) Representar o Futsal do Alto Vale do Itajaí em todo o Estado;
- d) Promover ou permitir, sob a autorização da Federação Catarinense de Futebol de Salão, a realização de competições oficiais no âmbito da região do Alto vale do Itajaí e estaduais;
- e) Respeitar e fazer cumprir as regras e regulamentos nacionais e internacionais emanados das entidades respectivas;
- f) Cumprir e fazer cumprir os atos legalmente emanados dos órgãos e autoridades que integram os Poderes Públicos;
- g) Expedir às associadas com força de mandamentos a serem obedecidos, os regulamentos, regimentos, portarias, avisos, notas oficiais, instruções ou outros atos necessários a organização, ao funcionamento e à disciplina do Futsal.

Art. 8º - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente, expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, podem ser aplicadas, pela LIGA, às suas associadas, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão



#### IV. Exclusão

§ 1º A aplicação das penalidades nos incisos deste artigo não dispensa o processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e ampla defesa.

§ 2º O inquérito administrativo é realizado por comissão nomeada pelo Presidente que submeterá à Diretoria para apreciação.

§ 3º O inquérito, depois de concluído, é remetido ao Presidente que o submeterá à Diretoria para apreciação.

§ 4º Executando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo poder competente da LIGA só podem ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou.

§ 5º As penalidades de que tratam os incisos I, II e III deste artigo só são aplicadas após a decisão fundamentada e definitiva da Diretoria e, se for o caso, da Junta Desportiva.

§ 6º Da decisão do poder competente que, em conformidade com este Estatuto, decretar a aplicação da penalidade de que trata o inciso IV deste artigo, caberá sempre recurso à Assembléia Geral Ordinária.

Ar. 9º - A LIGA pode intervir em suas associadas, depois de autorizada pela federação Catarinense de Futebol de Salão, nos casos graves que possam comprometer o respeito aos poderes internos ou para restabelecer a ordem esportiva, ou ainda para fazer cumprir decisão da Justiça Desportiva.

Art. 10º - Em caso de vacância dos poderes em quaisquer das suas associadas, sem o devido preenchimento dentro dos prazos estatutários, a LIGA pode designar um delegado que promova o cumprimento dos atos por ela previamente determinados e necessários a normalização da vida institucional desportiva e administrativa da associada.

Art. 11º Nos casos de urgência comprovada e, em caráter preventivo, o órgão competente da LIGA decide sobre o afastamento de qualquer pessoa física ou jurídica a ela direta ou indiretamente vinculada, que infrinja ou tolere que sejam infringidas as normas constantes deste Estatuto, da Federação Catarinense de Futebol de Salão, da Confederação Brasileira de Futebol de Salão, do Comitê Olímpico Brasileiro, da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), bem como as normas contidas na legislação brasileira.

## CAPÍTULO II DOS PODERES

Art. 12º - São poderes da LIGA:

- a) a Assembléia Geral;
- b) a Junta Disciplinar Desportiva;
- c) o Conselho Fiscal;
- d) a Diretoria.

§ 1º - Não é permitida a acumulação de mandatos nos poderes da LIGA.

§ 2º - São considerados inelegíveis para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da LIGA os desportistas:

- a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos, em decisão administrativa definitiva;
- c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade, ou que não tenha publicado até o último dia de dezembro do ano da Assembléia Quadrienal Ordinária Eletiva, as demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior devidamente auditadas por empresa externa e independente;
- d) afastados de cargos eletivos ou de confiança da entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
- e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;



*[Handwritten signature]*



- f) falidos e os que possuam restrições creditícias;  
g) ou que estiverem cumprindo penalidades impostas pelos órgãos da Justiça Desportiva, pela Federação Catarinense de Futebol de Salão ou pela Confederação Brasileira de Futebol de salão;  
h) aqueles que estejam desempenhando funções administrativas em Federações, Clubes Esportivos, Fundações e Comissões Municipais de Desporto.



### CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13º - A Assembléia Geral, poder máximo da LIGA, é constituída pelas entidades associadas ou seus representantes devidamente credenciados, sendo vedada a cumulação de representações.

§1º Cada associada tem direito a votar e ser votado, desde que participe do calendário oficial, não tenha se licenciado durante o exercício em vigor, esteja em pleno gozo de seus direitos e adimplente junto à tesouraria.

§2º Os representantes às Assembléias Gerais devem ter pelo menos vinte e um anos de idade.

Art. 14º - A Assembléia Geral ordinária reúne-se, ordinariamente, durante o primeiro trimestre de cada ano, para conhecer e julgar o relatório da Diretoria referente às atividades técnico-administrativas do ano anterior e julgar as contas do último exercício devidamente acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

§1º Na assembléia tratada no caput deste artigo, e quadrienalmente, quando for o caso, a Assembléia Quadrienal Eletiva elege e empossa:

- I. O Presidente e o Vice-Presidente da LIGA;
- II. Os membros da Junta Disciplinar Desportiva;
- III. Os membros do Conselho Fiscal.

§2º As eleições são secretas podendo, em caso de chapa única, dar-se por aclamação.

Art. 15º Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- a) Alterar este Estatuto, em última instância, preencher, no respectivo texto, as omissões que por outra forma não foram sanadas, sendo exigido para tanto o quorum mínimo de 2/3 das associadas presentes à Assembléia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta das filiadas ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes;
- b) Destituir, após processo regular, qualquer membro dos poderes da LIGA, para o que é exigido o quorum mínimo de 2/3 das associadas presentes à assembléia, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta das associadas ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes;
- c) Aprovar, ou não, alterando se necessário, o orçamento anual apresentado pela Diretoria;
- d) Autorizar, ou não, as despesas extra-orçamentárias que foram solicitadas pela Diretoria;
- e) Autorizar o presidente da LIGA a adquirir ou alienar bens imóveis ou constituir ônus ou direitos reais sobre os mesmos;
- f) Resolver sobre a extinção da LIGA devendo, porém, tal deliberação ser tomada pela unanimidade das associadas.

§ 1º Somente podem participar das Assembléias gerais Ordinárias, Extraordinárias e Assembléia Quadrienal Eletiva as associadas que:

- a) Estejam, no mínimo, há um ano associadas;
- b) Tenham atendido as exigências legais e estatutárias;



- c) Tenham tomado parte em pelo menos dois campeonatos promovidos pela LIGA nos últimos dois anos.



Art. 16º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se, extraordinariamente:

- a) Quando convocada pelo Presidente, sendo garantido a 1/5 das associadas a promovê-las;
- b) Quando convocada pelo Conselho Fiscal, por motivo grave e urgente.

Art. 17º - A finalidade e a data da Assembléia Extraordinária serão comunicadas por intermédio de nota oficial enviada a cada entidade associada e publicada em jornal de grande circulação regional, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.

§ 1º - A Assembléia Quadrienal Eletiva, prevista no § 1º do artigo 14, será realizada nos sessenta dias que se seguirem antes do término dos respectivos mandatos;

§ 2º - Na Assembléia Quadrienal Eletiva, somente poderão ser sufragadas chapas completas que hajam saídas subscritas por no mínimo 30% (trinta por cento) das associadas com direito a voto.

§ 3º - Somente será permitida à entidade associada subscrever a indicação de uma chapa. Na hipótese de a mesma entidade associada subscrever mais de uma chapa só será considerado válida, para o efeito do disposto nesse artigo e seus parágrafos, a que tiver sido registrada em primeiro lugar, na LIGA, considera nula todas as demais subsequentes.

§ 4º - A inscrição das chapas deverá ser protocolada na LIGA até 72 (setenta e duas) horas antes da primeira convocação da Assembléia Quadrienal Eletiva.

§ 5º - A presidência da Assembléia Quadrienal Eletiva fica a cargo do Presidente exceto se este estiver concorrendo a qualquer cargo, quando a presidência dos trabalhos fica a encargo do membro hierarquicamente inferior, desde que não participante de qualquer chapa; em persistindo o impedimento o encargo fica ao associado mais antigo presente.

§ 6º - A posse dos eleitos para os cargos da Diretoria, membros da junta Disciplinar Desportiva e membros do Conselho Fiscal da LIGA. Ocorrerá sempre na primeira assembléia geral ordinária subsequente à eletiva, a qual será exclusivamente realizada para empossar os eleitos.

Art. 18 - As Assembléias Gerais Ordinárias e as Quadrienais Eletivas são instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos seus componentes e, em segunda convocação, 01 (uma) hora depois, com qualquer número, ressalvadas as hipóteses de quórum determinado.

Art. 19 - Todas as deliberações das Assembléias Gerais Ordinárias serão tomadas por maioria de votos, ressalvados os casos específicos previsto neste estatuto.

Art. 20 - As Assembléias Gerais Ordinárias e Quadrienais Eletivas só podem deliberar sobre os assuntos constantes nos respectivos editais de convocação, do contrário somente por decisão unânime das associadas.

Art. 21 - As Assembléias Gerais Ordinárias e Quadrienais Eletivas são instaladas e presididas pelo presidente da LIGA e, no seu impedimento, por qualquer outro membro da Diretoria presente, ressalvadas as exceções constantes neste Estatuto.

#### CAPÍTULO IV DA JUNTA DISCIPLINAR DESPORTIVA

Art. 22 - A junta Disciplinar Desportiva, órgão de primeira instância, para aplicação imediata das sanções decorrentes de súmulas ou documento similares dos árbitros, ou ainda, decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição é composta por 05 (cinco) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, indicados pelo presidente e homologado



pela assembléia Geral Ordinária, preferencialmente bacharéis ou advogados, de notório saber jurídico-desportivo e de conduta ilibada.

§ 1º - A Junta Disciplinar Desportiva aplica sanções em procedimento sumário, em regular sessão de julgamento, obrigatoriamente com a presença da maioria de seus membros.

Art. 23 - Junta Disciplinar Desportiva elegeu seu presidente dentre seus membros e dispõe sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno, utilizando como base o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

§ 1º - O mandato dos membros da junta Disciplinar Desportiva é de 04 (quatro) anos e encerra-se com posse dos eleitos com mandato seguinte.

## CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da administração geral e financeira da LIGA, constitui-se de 05 (cinco) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos trienalmente pela assembléia Geral Ordinária, empossado pelo Presidente na respectiva assembléia.

§ 1º - O Conselho Fiscal elegeu seu Presidente dentre os membros efetivos.

§ 2º - O Conselho Fiscal é regido pelo disposto na legislação vigente, não podendo ser eleito para integrá-los os parentes até segundo grau dos membros da Diretoria.

Art. 25 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da LIGA, pela Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária ou por solicitação de seus membros.

Art. 26 - É da competência privativa do Conselho Fiscal:

- a) examinar trimestralmente os livros, documentos e balancetes da LIGA;
- b) apresentar a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária comunicação fundamentalmente sobre erros administrativos e patrimoniais ou qualquer violação da lei ou deste estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente sua função fiscalizadora;
- c) apresentar, à Assembléia Geral Ordinária, parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da LIGA;
- d) convocar a Assembléia Geral Extraordinária, quando ocorrer motivo, notoriamente grave e urgente.

## CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA

Art. 27 - A Presidência da LIGA é constituída pelo presidente e Vice-Presidente.

Art. 28 - O mandato do presidente e do Vice-presidente dura de sua eleição e posse até a realização da Assembléia que elege e empossa os novos mandatários, Conforme trata o § 1º do art. 15 deste Estatuto, sem prejuízo da responsabilidade de prestação de contas do mandato anterior, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Art. 29 - Somente brasileiros natos ou naturalizados podem exercer as funções de Presidente e Vice-Presidente da LIGA.

Art. 30 - Ao Presidente da LIGA compete a função executiva na administração da entidade, com amplos poderes de representação, inclusive em juízo, podendo constituir procurador.

Parágrafo único - Ao Presidente, no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas que julgue oportunas à ordem ou aos interesses da entidade,



inclusive nos casos omissos ou urgentes que sujeitem este Estatuto à controvérsia de interpretação, ad "referendum" da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.



Art. 31 – Ao Presidente compete:

- a) zelar pela harmonia entre as associadas em benefícios do progresso e da unidade política e desportiva do futsal da região do Alto Vale do Itajaí;
- b) supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da LIGA;
- c) convocar e presidir, sem direito a voto, as Assembléias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Quadrienais Eletivas;
- d) convocar o Conselho Fiscal;
- e) convocar e residir às reuniões da Diretoria;
- f) superintender o pessoal a serviço remunerado na entidade e, em consequência, nomear, suspender, demitir, contratar, observada a legislação vigente e o regimento geral assim como designar seus assistentes ou assessores e os componentes das comissões que constituir.
- g) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, em cada uma de suas reuniões anuais, relatórios circunstanciados da administração realizada no exercício anterior, elaborado pela Diretoria, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal e o balanço do movimento econômico, financeiro e orçamentário da LIGA;
- h) Cumprir e fazer cumprir os mandamentos em vigor na LIGA, originário dos poderes públicos, organismos desportivos estaduais e nacionais;
- i) Fiscalizar a arrecadação da receita e autorizar pagamento da despesa;
- j) Constituir delegação incumbidas da representação da LIGA, dentro ou fora do Estado;
- k) Assinar títulos, cheques, recibos ou quaisquer outros documentos que constituam obrigações financeiras, obedecendo às disposições deste estatuto e do regimento geral;
- l) Celebrar acordos, contratos, convenções, convênios, tratados ou quaisquer outros termos que instituem compromissos;
- m) Autorizar a publicidade dos atos originários dos seus poderes e dos órgãos de cooperação;
- n) Por em execução os atos decisórios dos seus poderes e efetivar as penalidades pelos mesmos decretadas no uso da respectiva competência;
- o) Guardar e conservar os bens móveis e imóveis da LIGA, só podendo alienar e constituir direitos reais sobre os bens imóveis, mediante autorização da Assembléia Geral Ordinária;
- p) Sujeitar a depósito, em instituição idônea de crédito, os valores da LIGA em espécie ou em títulos;
- q) Aplicar às pessoas físicas ou jurídicas sujeitar a jurisdição da LIGA, quando cabíveis, às sanções prescritas neste Estatuto, no regimento geral ou em qualquer outro mandamento da entidade, ressalvada a competência dos seus demais poderes;
- r) Expedir aviso as associadas, com força de lei, sem disposições incompatíveis com o texto deste Estatuto ou com atos originários de outro de seus poderes;
- s) exercer quaisquer outras atribuições executivas que não tenham sido explicitamente prevista neste Estatuto.

## CAPÍTULO VII DA DIRETORIA E DA SECRETARIA GERAL



Art. 32 – A Diretoria da LIGA é constituída pelo Presidente e Vice-Presidente, eleitos na forma § 1º do Art. 15, pelo Secretário Geral e pelos Diretores, em número não superior a 07 (sete) membros, com função de assistir à Presidência



§ 1º - Cabe ao Presidente definir, conferir e delimitar os setores de atuação de cada um dos Diretores, vinculando-os a áreas específicas de atuação, além de fixar se o desempenho de suas atribuições terá ou não retribuição pecuniária.

§ 2º - Somente brasileiros natos ou naturalizados podem fazer parte da Diretoria.

§ 3º - O mandato da Diretoria é idêntico ao do Presidente e Vice-Presidente.

§ 4º - As Assembléias da Diretoria são convocadas e presididas pelo Presidente da LIGA, a quem cabe o voto de qualidade.

Art. 33 – O Vice-Presidente da LIGA é o substituto eventual do Presidente e um dos membros natos da Diretoria.

Parágrafo único - O Vice-Presidente, independentemente, do exercício eventual da Presidência da LIGA, pode desempenhar qualquer parcela de função executiva do Presidente, em caráter transitório, quando por este delegada em termos expressos.

Art. 34 – Em caso de impedimento ou vaga eventual do Presidente e do Vice-Presidente da LIGA, os membros da Diretoria são sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, obedecendo-se a ordem dos diretores com mais tempo de mandato e, se coincidente, os de maior idade; se a vaga definitiva ocorre em qualquer período do mandato eletivo, o Presidente em exercício completa o período.

Art. 35 – As licenças de membros da Diretoria não podem exceder de 90 (noventa) dias, salvo a maior com consentimento da Assembléia Geral Ordinária.

Art. 36 – A Diretoria, coletivamente, compete:

- a) reunir-se, por convocação do Presidente da LIGA, com comparecimento de, no mínimo, quatro membros;
- b) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral Ordinária, de acordo com o art. 15, o relatório de suas atividades;
- c) submeter, semestralmente, à apreciação do Conselho Fiscal, os balancetes da Tesouraria;
- d) propor, à assembléia Geral ordinária, a reforma deste Estatuto, do regimento geral e dos regulamentos existentes;
- e) aplicar sanções em associados à LIGA, na forma deste Estatuto
- f) apreciar, aprovar ou modificar, se necessário, os regulamentos apresentados pelos Diretores, dentro de suas atribuições;
- g) organizar e aprovar o calendário de cada temporada;
- h) conceder ou negar licença aos próprios membros, dentro de suas atribuições;
- i) dar posse aos Diretores designados na forma deste Estatuto;
- j) apreciar e julgar os relatórios apresentados pelos chefes de delegação da LIGA;
- k) emitir nota oficial, como força normativa;

Art. 37 – As decisões da Diretoria são tomadas por maioria simples de votos.

Art. 38 – Considera-se resignatário o membro da Diretoria que, sem motivo justificado, faltar a mais de 03 (três) sessões consecutivas da Diretoria ou a mais de 06 (seis) intercaladas.

Art. 39 – Ao Secretário Geral compete:

- a) orientar as associadas nas relações entre si e com a LIGA;



- b) encaminhar o expediente recebido e promover a expedição de correspondências da LIGA;
- c) dirigir os serviços de comunicação interna, arquivo, biblioteca e cadastro;
- d) dirigir e orientar o pessoal administrativo da LIGA;
- e) redigir, de acordo com o Presidente, toda correspondência da LIGA;
- f) superintender e executar os serviços de secretaria;
- g) secretaria as sessões da Diretoria e das Assembléias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Quadrienal Eletiva, lavrando ou mandando lavrar as respectivas atas;
- h) dirigir a publicação de nota oficial;
- i) lavrar termos de abertura e encerramento dos livros de atas da LIGA;
- j) manter em dia o registro das decisões e jurisprudência dos poderes da LIGA e os serviços prestados e penas aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente vinculadas a LIGA;
- k) promover a aquisição de material necessário ao expediente da LIGA;
- l) apresentar ao Presidente, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, o relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior.



### CAPÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO SOCIAL, DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 40 – Constituem patrimônio da LIGA;

- a) seus bens móveis e imóveis;
- b) os prêmios que receber em caráter definitivo.

Art. 41 – Constituem a receita da LIGA;

- a) as jóias de associação;
- b) mensalidade pagas pelas associadas;
- c) taxas de registro, inscrição e transferência de atletas;
- d) rendas de torneios ou campeonatos promovidos pela LIGA;
- e) taxas de licença para competição regionais;
- f) taxas fixadas em regimento específicos;
- g) multas;
- h) subvenções e auxílio concedidos pelos Poderes Públicos;
- i) rendas oriundas de contrato de patrocínios;
- j) donativos em geral;
- k) rendas eventuais;

Art. 42 – Constituem a despesa da LIGA:

- a) o pagamento das contribuições devidas às entidades a que estiver associada;
- b) o pagamento de tributos, aluguéis, salários de empregados, remuneração de dirigentes e outras despesas indispensáveis à sua manutenção;
- c) a convocação de seus bens e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;
- d) a aquisição de material de expediente e desportivo;
- e) o custeio de organização de seus campeonatos, torneios e provas;
- f) o custeio da participação das delegações da LIGA aos campeonatos estaduais oficiais;
- g) a assinatura de jornais e revistas especializadas e a compra de fotografias para o arquivo da LIGA;
- h) os gastos de publicidade da LIGA;
- i) despesas eventuais.



CAPÍTULO IX  
DA ASSOCIAÇÃO



Art. 43 – São condições essenciais para que uma entidade de prática de futsal obtenha a qualidade de associados:

- a) ter responsabilidade jurídica;
- b) ter o seu estatuto em conformidade com as normas emanadas da Federação Catarinense de Futsal de Salão, Confederação Brasileira de Futebol de Salão e da Fédération Internationale de Football Association (FIFA);
- c) ter Diretoria idônea, cujos membros deverão constar do requerimento de filiação, sendo obrigado que a função executiva seja exercida, exclusivamente, pelo Presidente;
- d) remeter o desenho do uniforme de sua equipe representativa e do seu pavilhão, com indicação das cores, devendo sujeitar-se a modificá-lo, caso a LIGA o exija, antes de aprová-lo;
- e) não conter, em suas leis, qualquer disposição que vede ou restrinja o direito de associados brasileiros;
- f) fornecer cadastro de suas instalações regulamentares para a prática do futsal;
- g) pagar jóia de associação.

CAPÍTULO X  
DAS ASSOCIADAS – DIREITOS E DEVERES

Art. 44 – São direitos de toda entidade associada:

- a) organizar-se livremente observando na elaboração de seus estatutos a regimentos, as normas emanadas pela Federação Catarinense de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Futebol de Salão e da Fédération Internationale de Football Association (FIFA);
- b) fazer-se representar na Assembléia Geral Ordinária, Extraordinária ou Quadrienal Eletiva, ressalvado o disposto na alínea "b" da art. 16 deste Estatuto;
- c) inscrever-se e participar dos campeonatos e torneios regionais, estaduais promovidos ou patrocinados pela LIGA ou pela Federação Catarinense de Futebol de Salão, obedecidos os respectivos regulamentos específicos;
- d) recorrer das decisões da Diretoria ou qualquer outro poder da LIGA;
- e) tomar iniciativa que não colida com as leis superiores, no sentido de desenvolver o Futsal.

Art. 45 – São deveres de toda entidade associada:

- a) reconhecer a LIGA e a Federação Catarinense de Futebol de Salão como única entidade dirigente do Futsal na região do Alto Vale do Itajaí e no Estado de Santa Catarina, em todas as suas categorias, respeitando e cumprindo suas leis, regulamentos e decisões, assim como as regras da modalidade fixadas pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA);
- b) submeter seu Estatuto ao exame e aprovação da LIGA, bem como as reformas que nele preceder;
- c) pagar, pontualmente, as mensalidades e taxas que estiver obrigada, as multas que lhe forem impostas e qualquer outro débito que tenha com a LIGA, recolhendo aos cofres desta, dentro de 15 (quinze) dias o valor de tributos estabelecidos nas leis e regulamentos em vigor;
- d) fazer acompanhar as solicitações para registro, inscrições e transferência de atletas e licença para competições estaduais e suas respectivas taxas;



- e) pedir licença para suas equipes ausentarem-se da Região, Estado ou País para participar de competições que não forem organizadas pela Federação Catarinense de Futebol de Salão ou pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA);
- f) abster-se totalmente, salvo autorização especial, de relações desportivas de qualquer natureza com entidades não associadas ou vinculadas, direta ou indiretamente, com a LIGA, Federação Catarinense de Futebol de Salão ou Confederação Brasileira de Futebol de Salão, ou por estas não reconhecidas, cumprindo-lhe precipuamente nessas condições:
- I. não disputar competições
  - II. não admitir que o façam seus atletas inscritos.
- g) enviar anualmente a LIGA, até 31 de janeiro, o relatório de suas atividades referentes ao ano anterior;
- h) registrar e inscrever seus atletas na federação Catarinense de Futebol de Salão, através da LIGA;
- i) registrar o seus técnicos na Federação Catarinense de Futebol de Salão, através da LIGA;
- j) atender, prontamente, à convocação de atletas e de pessoal técnico para integrarem representações oficial da LIGA;
- k) cumprir o art. 62 do Estatuto da FIFA que impõe serem as diferenças, postulações e demandas em matéria desportiva submetida a órgãos jurisdicionais da LIGA, da Federação Catarinense de Futebol de Salão, da Confederação Brasileira de Futebol de Salão e da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), sendo vedado o recurso a tribunais ordinários, a menos que esteja especificado na regulamentação da FIFA.

### CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 – A dissolução da LIGA somente poderá ser aprovada pela unanimidade de votos da entidades associadas reunidas em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo único – Em caso de dissolução da LIGA o remanescente de seu patrimônio reverterá em benefícios de entidades sem fins lucrativos, sendo tal designação deliberada pelos associados reunidos na Assembléia designada no artigo acima.

Art. 47 – Ressalvados os direitos dos associados e da Federação Catarinense de Futebol de Salão, a LIGA é proprietária de todos os direitos que emanem da organização e promoção de competições e jogos de futsal realizados e sua jurisdição, sem nenhum tipo de restrição quanto ao conteúdo, o tempo, o lugar e outros aspectos técnicos e legais. Estes direitos compreendem, dentre outros, todas as classes de direitos de ordem financeira, gravações audiovisuais e de rádio, direitos de produção e transmissão, direitos de multimídia, direitos mercado-técnicos e promocionais, assim como direitos incorpóreos como emblemas e todos os demais oriundos dos direitos de propriedade intelectual.

Art. 48 – A LIGA tem o direito e a responsabilidade exclusiva de autorizar a distribuição de imagens, sons e outros dados de partidas de Futsal que organizar ou promover no âmbito de sua jurisdição, ressalvado os direitos dos associados.

Art. 49 – As resoluções da LIGA são dadas a conhecimento de suas associadas através de nota oficial, com caráter cogente, entrando em vigor a partir de sua publicação em sua sede.

Art. 50 – O cumprimento deste Estatuto, bem como dos acordos e decisões da FCFS, é obrigatório para a LIGA, para todas as suas associadas e para terceiros envolvidos nos assuntos do Futsal, no âmbito de sua jurisdição.



Art. 51 – Ficam fazendo parte integrante deste Estatuto, e no que ao mesmo se aplicar, as disposições contidas na legislação desportiva federal.



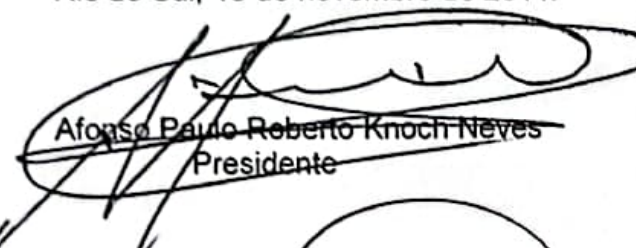
## CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52 – A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária concede poderes especiais a Diretoria para fazer adaptação a este Estatuto decorrentes de exigência de lei, que entram em vigor de imediato e devem ser apresentadas na assembleia geral imediatamente subsequente à Assembleia Geral Ordinária para sua ratificação, respeitado o quórum de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta das associadas, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, respeitado o interregno de 30 (trinta) minutos entre as convocações.

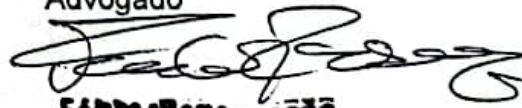
Art. 53 – Na data da aprovação deste Estatuto, estavam associadas à LIGA as seguintes Entidades: A.D Braço de Trombudo, FMD de Aurora, A.R Renove, CME de Laurentino, CME de Rio do Oeste, FMD de Rio do Sul, Colégio Sinodal Ruy Barbosa, CME de Agrônoma, APAC de Rio do Sul e CME de Mirim Doce.

Art. 54 - Este Estatuto está aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 18/11/2011 e adaptado à Lei. Nº 9.615 de 24 de março de 1998, com as alterações dadas pela Lei nº 9.981/100 e pela Lei nº 10.672/03, entrando em vigor depois de registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e encaminhado à Federação Catarinense de Futebol de Salão para sua aprovação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2011.

  
Afonso Paulo Roberto Knoch Neves  
Presidente

Advogado

  
Fátima Helena  
Advogada  
OAB/SC 16.10206

2º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos  
Comarca de Rio do Sul  
Alameda Aristiliano Ramos, 70  
Fone: (47) 3531 6500 - Fax: (47) 3531 6508  
CEP: 89.160-000 - Rio do Sul - Santa Catarina  
tabelionato@tabeladagiustina.com.br

RECONHECIMENTO - 257619

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:  
(1) AFONSO PAULO ROBERTO KNOCH NEVES  
Rio do Sul, 18 de março de 2012,  
Em testemunha de verdade,  
JESSICA CAROLINE REINHOLD, Secretária Notarial  
Selo Digital de Fiscalização - Selo Notarial  
CQM45363-4E3M Confira os dados do ato em  
selo.tjsc.us.br  
Impresso por: VETAGIAE

- ☐ Maria Zélia Della Giustina  
Tabeliã  
☐ Jackson Della Giustina Formiga de Moura  
Tabelião Substituto



Estado de Santa Catarina  
Registro Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Rio do Sul  
Bernadete Bazzanella de Araujo Novellotto - Oficial  
Al. Aristiliano Ramos, 42, Sala 101, Centro, Rio do Sul - SC, 89160-000 -  
47-35211879 - bazzanella@brturbo.com.br

**Certidão de Averbção em Pessoas Jurídicas**  
Protocolo:004171 Data:18/03/2012 Livro:A-047 Folha:054  
Registro:003422 Data:18/03/2012  
Apresentante:AFONSO PAULO ROBERTO KNOCH NEVES  
Emolumentos: Registro: R\$23,20, Selo: R\$1,30 - Total: R\$24,50 - Recibo nº: 8081

**Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - CPL21864-E9A6**  
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>  
Dom 16, Rio do Sul - 16 de março de 2012

Valdete Dias da Silva - Escrevente Autorizada

**Valdete Dias da Silva**  
Escrevente

**OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL**  
**DAS PESSOAS NATURAIS, DE INTERDIÇÕES E**  
**TUTELAS, DAS PESSOAS JURÍDICAS E DE**  
**TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**BERNARDE BAZZANELLA DE ARAÚJO NOVELLATO**  
**OFICIAL**  
**MUNICÍPIO - COMARCA - RIO DO SUL / SC**

Autêntico este documento fotostático por ser reprodução fiel, na forma e conteúdo da via arquivada neste Ofício  
Dou fé

Rio do Sul, 03 de Junho de 2013.

Oficial - Bernadete Bazzanella de Araújo Novelletto

Franciele Bogo  
Escrevente

0092000000000000